

**A prostituição e o fazer cotidiano da EJA/FPOLIS: um estudo de caso<sup>1</sup>**

Mariane da Silva

[marysilvaa@yahoo.com.br](mailto:marysilvaa@yahoo.com.br)

Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** Este artigo é resultante da experiência de estágio supervisionado em História ocorrido entre os anos de 2013 e 2014, em um núcleo de Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis. A intenção deste trabalho é falar sobre a experiência de trabalhar o tema prostituição com os estudantes desse núcleo, visando desconstruir estereótipos, por meio do ensino de História. Para entender este cenário, busco historicizar a educação de adultos no Brasil, ao mesmo tempo em que busco discutir a posição de marginalização dos núcleos de EJA perante a sociedade escolar e a que a cerca.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Ensino de História; Educação; Prostituição.

**Abstract:** This article is the result of an supervised internship experience in History occurred between the years of 2013 and 2014 in a core of Education for Youngsters and Adults in Florianópolis. The intention of this assignment is to talk about the experience of working with the students of the core, the prostitution subject, aiming to deconstruct stereotypes, through the teaching of history. To understand this scenario, I seek to historicizing adult education in Brazil, while I intend to discuss the marginalized position of EJA cores towards the school and the society that surrounds it.

**Keywords:** Youth and Adult Education; History Education; Education; Prostitution.

A definição de temas de pesquisa considerados tabus, não é novidade no núcleo da Educação de Jovens e Adultos – EJA/Centro II<sup>2</sup>. O núcleo, à época, estava alocado na Escola Municipal Donícia Maria da Costa, situada no bairro Saco Grande do município de Florianópolis. Conjuntamente com o estudante Mário Luiz de Jesus e contando com a orientação e supervisão da Professora Dra. Joana Vieira Borges, a inserção no núcleo em questão nos possibilitou associar os saberes obtidos através das leituras e discussões realizadas nas disciplinas de licenciatura do curso de graduação em História da UFSC.

Ao longo da experiência<sup>3</sup> de estágio, foi possível perceber a procura e a necessidade de serem abordadas tais temáticas. A Educação de Jovens e Adultos – assim como seu

---

1 Artigo elaborado como resultante da experiência de estágio vivenciada durante o ano de 2013; requisito parcial para aprovação na disciplina Estágio Supervisionado em História III.

2 Núcleo coordenado pelo professor José Maria Rosa Trindade no ano de 2013.

3 Estágio Supervisionado em História I e II, realizadas no primeiro e segundo semestre do ano de 2013.



público-alvo – encontra-se, em muitos casos, em posição de marginalização perante a sociedade escolar e a que a cerca; e que, apesar de ser um direito garantido em Constituição<sup>4</sup>, ainda encontra muitas dificuldades em seu andamento. São jovens e adultos em que o sistema e ensino regular não “funcionaram” por diversos motivos. O trabalho é apontado como uma das principais motivações da evasão escolar; são pessoas que, desde muito cedo, tiveram de assumir a obrigação do seu sustento e das suas famílias, ou que tiveram que cuidar dos irmãos menores para os pais trabalharem, ou que tiveram filhos muito cedo etc.. E, em geral, o motivo pelo qual voltaram a estudar é, justamente, o mercado de trabalho: para que consigam ter a chance de uma melhor colocação profissional a partir do nível de instrução - expresso num certificado.

Para a fundamentação desse direito é preciso recuar no tempo para entender, dentro da perspectiva da longa duração<sup>5</sup>, o processo de escolarização e letramento da sociedade brasileira. Assim como na educação infantil, a educação de jovens e adultos, ao longo do tempo, passou por diversas modificações. Ao historicizar a educação de jovens e adultos, pode-se constatar que nos diferentes momentos em que “surge” a necessidade de serem discutidas e pensadas as estratégias para alfabetizar essa parcela da população. São iniciativas que, em sua maioria, estão permeadas por um constante jogo de interesses, como no Brasil Colônia em que a escolarização de adultos era importante para a disseminação da fé cristã<sup>6</sup> e/ou com a política do voto do cabresto<sup>7</sup> na República Velha.

---

4 “Constituição Federal de 1988 Art. 208: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).” *Constituição Federal de 1988. Art. 208*. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>> Acesso em 07 de abril de 2014.

5 Ver em: BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

6 Ver em: PORCARO, Rosa Cristina. A história da educação de jovens e adultos no Brasil. *Alfabetizar Virtual*. Disponível em <<http://alfabetizarvirtualtextos.wordpress.com/eja/>> Acesso em 07 de abril de 2014.

7 A utilização da educação como meio de barganha política é evidenciada na “República Café com Leite”, quando somente homens maiores de 21 anos e alfabetizados poderiam votar, excluindo todo o resto da população como mulheres, mendigos, analfabetos e militares de baixa patente. Dessa forma, a parcela votante da população estava a mercê dos Coronéis que detinham a identificação e controle dos votantes, sendo então, imposto aos eleitores em quem deveria ser votado.



Diversas iniciativas na área da educação surgiram com a finalidade de diminuir o analfabetismo no Brasil<sup>8</sup>, principalmente, em 1945, após as denúncias feitas pela UNESCO<sup>9</sup> (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura) em relação aos altos níveis de adultos analfabetos.

Surgiram, também, diversos movimentos, campanhas e programas no campo da educação até 1964 (ano do golpe civil militar) em todos os Estados da Federação. Entre elas, destacam-se: Movimento de Educação de Base da Conferência Nacional dos Bispos (1961), Centros Populares de Cultura (órgãos culturais da UNE) e Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura (1964), que contou com a participação do professor Paulo Freire<sup>10</sup>.

A partir do Golpe civil militar, em 1964, houve uma ruptura política com os movimentos educacionais, pois estes se posicionavam de forma contrária aos interesses dos militares. Diversos líderes dessas organizações foram perseguidos, exilados, organizações dissociadas, professores universitários perderam seus direitos políticos. Os programas que conseguiram resistir se mantinham praticamente na clandestinidade e, até o início da década de 1970, foram praticamente se extinguindo. Porém, a educação de jovens e adultos, enquanto estratégia política era um poderoso intermediário entre as camadas populares e o governo federal, e a escolarização era uma das “propostas de governo” dos militares. Criou-se, então, o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e o Ensino Supletivo, em 1971<sup>11</sup>.

Essa iniciativa do governo militar pode estar associada à difusão da proposta pedagógica defendida por Paulo Freire. A *Pedagogia do Oprimido*<sup>12</sup> aparece, então, com um novo olhar para as práticas pedagógicas, presentes nos processos sociais e para os próprios

---

8 Em 1937, na primeira fase do governo Vargas, foi criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e instituído o Fundo Nacional do Ensino Primário que “deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos”. Sobre isso ver em: HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara di. *Escolarização de jovens e adultos*. São Paulo, n. 14, p.108-194, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07> >. Acesso em: 23 abr. 2014.

9 PORCARO, Ibidem, p.1.

10 Ibidem, 110-111.

11 A proposta pedagógica de Freire estava baseada nas relações com as pessoas mais simples e a partir dessas relações o educando criava seu próprio modelo de educação, diferentemente daquele previamente construído. A primeira edição da *Pedagogia do Oprimido* teve sua primeira edição lançada em português em 1970, mas sabe-se que antes disso o livro já era bastante comentado.

12 A proposta pedagógica de Freire estava baseada nas relações com as pessoas mais simples e a partir dessas relações o educando criava seu próprio modelo de educação, diferentemente daquele previamente construído. A primeira edição da *Pedagogia do Oprimido* teve sua primeira edição lançada em português em 1970, mas sabe-se que antes disso o livro já era bastante comentado.



processos sociais, como mediações pedagógicas na construção de novos saberes e novas práticas<sup>13</sup>. A dualidade oprimido e opressor pode ser facilmente identificada nas décadas que se seguiram com o governo nas mãos dos militares. E a difusão dos ideais de “libertação” do oprimido, por meio das práticas educacionais, pode ter sido considerado ameaçador ao regime vigente, pois era pensando para o oprimido partindo dele próprio. O governo militar precisou tomar para si essa “responsabilidade” pela educação dessas pessoas, dentro das suas convicções e da forma como mais lhe parecia conveniente. Essa iniciativa deixou profundas marcas no processo educativo e ainda hoje estão presentes em salas de aula.

Diante desse quadro, é importante atentar para o reflexo dessas iniciativas no cenário jurídico, sendo observados na Constituição (1824) e na criação de leis específicas, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases, que visam assegurar o direito à educação, bem como os direitos e deveres dos estados na manutenção das instituições de ensino, oferta de vagas, etc.

### **Legislação Sobre a Educação de Jovens e Adultos**

Desde a primeira Constituição datada de 1824, diversas iniciativas no campo da educação foram lançadas para alfabetizar a população. Geralmente, essas iniciativas estavam ligadas a algum interesse particular, por exemplo, a barganha do voto na primeira república ou a (tentativa) de conciliação de classes, no período da ditadura civil militar, observados na seção anterior.

A partir da reforma dos estados, em 1902, foi possível verificar tentativas de reformulação do sistema educacional inspirados no modelo europeu. O capítulo V da Constituição de 1934, intitulado “Da família, da Educação e da Cultura”, a questão do ensino foi regulamentado enquanto dever da federação e competência dos estados. Dessa forma, os esforços para o estímulo da atividade educacional, bem como a organização e manutenção das instituições de ensino, passaram a ser Diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os estados da federação.

---

13 STRECK, Danilo Romeu. Da pedagogia do oprimido às pedagogias de exclusão: um breve balanço crítico. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 107, p. 539-560, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/12.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2014.



Já em 1961, com a aprovação da Lei 4.024, após imenso debate provocado por diferentes correntes educacionais, foi estabelecida uma regulamentação para educação nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação pode ser considerada um avanço por tratar especificamente dos objetivos/ finalidades e direito à educação; nos capítulos que a regem, são abordadas as questões referentes ao ensino primário, secundário, médio, técnico e superior e educação de excepcionais. Apesar do cuidado em atingir “toda” comunidade escolar, os jovens e adultos não estão incluídos – nem na modalidade de ensino supletivo.

Outras LDB’s foram criadas com o intuito de “reformular o ensino”<sup>14</sup>, mas foi somente após a promulgação da Constituição de 1988 e o contexto de abertura política, caracterizado pelo término do período ditatorial no Brasil, que pode ser aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases. A Lei nº 9.394/96<sup>15</sup>, com seus 91 artigos aprovados, defendeu o fortalecimento da descentralização e a democratização do espaço escolar. A educação de jovens e adultos passou a ser constituída como direito, devendo a instituição de ensino garantir “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”<sup>16</sup>.

Essas “oportunidades educacionais apropriadas” são observadas na proposta de ensino da educação de jovens e adultos da prefeitura municipal de Florianópolis, em que o ensino se dá através da pesquisa que parte do interesse e vontade do estudante, visando respeitar e entender suas necessidades. A partir da utilização dos documentos oficiais do município, em seguida, serão abordadas a metodologia de ensino utilizada para as articulações da pesquisa para ensino/alfabetização de jovens e adultos.

### **Organização e Propostas de Ensino para a EJA no Município de Florianópolis**

---

14 Observado na Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1971, conhecida como *Reforma Passarinho* (em “homenagem” ao então ministro da educação Jarbas Passarinho). O Art.7º que inclui as disciplinas de Moral e Cívica como obrigatórias nos currículos de 1º e 2º é um exemplo do se buscava com essa reforma educacional. Disponível em: < [http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692\\_71.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm) > Acesso em 27 abr. 2014.

15 Art. 8 da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96: A União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino; § 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais; § 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei. Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11695738/artigo-8-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996> > Acesso em 28 abr. 2014.

16 Trecho da Lei nº 9394/96 – *Art. 38 da Seção V* – que trata a respeito da Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: < [http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/19394\\_96.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/19394_96.htm) > Acesso em 28 de abr. de 2014.



A proposta de ensino desenvolvida pela EJA em Florianópolis é pautada na pesquisa, objetivando a autonomia dos alunos em buscar e construir o conhecimento conforme as suas necessidades e interesses. O método de ensino através da pesquisa se dá de forma quase espontânea: os alunos pesquisam sobre o que lhes chama a atenção, sem se darem conta de que estão apreendendo os mais diferentes conteúdos disciplinares. As disciplinas se encontram dissociadas e interagem entre si no contexto das variadas propostas de pesquisa: a História encontra-se presente na busca pela historicidade dos objetos de estudo, percebendo a necessidade da utilização de certos procedimentos de análise, seus usos ou desusos, etc.; a Língua portuguesa está presente na interpretação das informações coletadas, na identificação dos agentes cognitivos e na transcrição e sociabilização dos saberes, etc.

O papel do professor passa a ser de mediador/orientador rompendo com o padrão de que o professor detém de todo o conhecimento. Esse conhecimento é construído em conjunto, através dos resultados apontados pelas pesquisas, sendo os alunos os responsáveis pelo andamento e resultado delas. O tempo médio para formação é de dois anos, considerando as atividades desenvolvidas como Horas Não-Presenciais (HNP) e o desenvolvimento/capacidade de pesquisas, totalizando 1600 horas-aula<sup>17</sup>.

Um das maiores críticas dirigidas à proposta de ensino da EJA/Florianópolis está na “ausência” dos chamados conteúdos escolares, ou disciplinares, presentes no ensino fundamental e médio. Essas críticas são realizadas na maior parte das vezes por pessoas que desconhecem as propostas do ensino pautado na pesquisa: as “disciplinas” dialogam entre si construindo saberes sempre em relação ao cotidiano e saberes prévios dos alunos, promovendo a inserção e assimilação dos conteúdos a partir da realidade dos mesmos. Os elementos didáticos pertencentes à proposta da EJA/Florianópolis são pensados considerando sempre a participação do aluno em todas as etapas da construção do conhecimento.

A partir das discussões e análise dos documentos oficiais, da resolução da EJA Florianópolis<sup>18</sup> e da experiência de estágio, foram observados a utilização dos recursos que

---

17 *Prefeitura Municipal de Florianópolis*. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes para a implantação do plano de curso da educação de jovens e adultos da rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis, fev. de 2012, p. 3.

18 *Prefeitura Municipal de Florianópolis*. Conselho Municipal de Educação. Resolução EJA. Florianópolis, 3 dez. 2010, p. 1-6.



norteiam a prática de ensino da EJA como os diários dos alunos, os mapas conceituais, os cadernos de assessoramento de pesquisa, os portfólios dos alunos e as pastas de projeto de pesquisa. Estes elementos didáticos empregados na prática pedagógica da EJA, segundo o Caderno do Professor<sup>19</sup>, devem ser utilizados de forma bastante coerente respeitando o tempo de aprendizagem e assimilação de cada aluno.

Com relação aos recursos didáticos, a EJA/FPolis conta com uma série de materiais que visam, não somente a conclusão dos ciclos de pesquisa, mas a integração dos estudantes com os professores, constituindo uma relação de amizade e confiança. Dentro do segmento da EJA, é muito importante que estas relações sejam consolidadas, pensando no indivíduo que faz parte desse quadro de estudantes. São pessoas que sofreram, ao longo da vida, vários processos de exclusão e, na maioria das vezes, é na Escola em que ocorre o primeiro deles. A Escola, em muitos dos casos, era algo que não se ajustava à realidade de muitas pessoas e que, hoje, muitas delas integram o quadro de alunos da EJA. São jovens e adultos que viveram/vivem à margem da sociedade e que percebem a necessidade da escolarização para buscar melhores condições de vida.

Por isso, a proposta de aproximação entre alunos e professores é tão importante dentro do núcleo da EJA. Essa relação é evidenciada a partir da escrita e leitura dos diários. Cada aluno recebe um diário individual pelo qual deve ser mantido um diálogo constante com os professores. O diário possui um papel fundamental para a criação e estabelecimento da relação dos professores e estudantes, constituindo-se como principal meio de comunicação; dúvidas sobre atividades e/ou sugestões devem ser registradas para que, a partir dessa comunicação, os professores possam responder e comentar, conforme o que cada aluno escreve.

No núcleo em questão, é bastante incentivada a prática de escrita nos diários nem que seja para contar como foi o final de semana, sobre um passeio ou um filme que o aluno tenha assistido etc.. Dessa forma, esse vínculo é construído de forma individual e humanizado. É ali que os professores passaram a conhecer a escrita, interpretação e um pouco da realidade de cada estudante. E, conforme a essa relação se fortalece, criam-se laços de amizade e confiança que serão refletidos no momento da pesquisa. Esse reflexo se dá, pois o indivíduo não sente

---

19 *Prefeitura Municipal de Florianópolis*. Secretaria de Educação. Estrutura, Funcionamento, Fundamentação e Prática na Educação de Jovens e Adultos. Departamento de Educação Continuada. 2008



mais vergonha, por escrever errado ou por mal saber escrever; ele sabe que determinado professor já o conhece, sabe das suas dificuldades e necessidades. Dessa forma, torna-se mais aberto a sugestões e críticas no decorrer do ciclo de pesquisa.

Ainda com relação aos elementos didáticos, assim como todo o ciclo de pesquisa, os Mapas Conceituais são elaborados pelos estudantes e, depois, analisados pelos professores. Esse Mapa deverá conter o “caminho” para conseguir (ou não) sanar a problemática da pesquisa. Nesse momento percebe-se a transdisciplinaridade presente na prática pedagógica da EJA/FPolis.. As disciplinas se “cruzam” para sanar a problemática de pesquisa. Cada área do saber se apresenta e se articula com as outras disciplinas; é o que se pode chamar de construção de conhecimento, pois sem se dar conta, o estudante está aprendendo e assimilando diferentes saberes ao mesmo tempo.

A experiência de estágio permitiu a associação dos saberes obtidos através das leituras e discussões realizadas na academia com a realidade da prática e do cotidiano do projeto da EJA/Florianópolis. Foi possível compreender não somente a proposta de ensino através dos ciclos, mas observar presencialmente os momentos da prática e do desenvolvimento das pesquisas no núcleo. A integração entre universidade e EJA pode ser considerada, segundo Miguel Arroyo, promissora para a reconfiguração desse sistema de ensino, uma vez que o torna foco para o desenvolvimento de pesquisas e de formação docente<sup>20</sup>.

Por meio das investigações e discussões realizadas durante as disciplinas de estágio, foi possível perceber algumas permanências e dificuldades, no tocante a metodologia da prática e na assiduidade dos estudantes. Foi possível perceber, também, a recorrência de alguns temas nas pesquisas, como drogas, aborto, prostituição, etc.. Problematizarei, na próxima seção, sobre o tema prostituição, pois foi o tema de pesquisa acompanhado durante as atividades de regência do estágio.

### **A Prostituição como problemática de pesquisa**

---

20 ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANELLI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 18.





A prostituição pode ser definida como troca de favores sexuais, mediante pagamentos em espécie, trocas e/ou favorecimentos<sup>21</sup>. Mas, sabe-se que essa atividade não se limita a isso e que existe toda uma discussão que envolve a chamada “profissão mais antiga do mundo”. Geralmente, essas discussões são permeadas por discursos moralizantes na qual a atividade é colocada como contrária aos “bons costumes”, onde as práticas do ofício são consideradas permissivas à violação do corpo e da dignidade de quem as exerce. E por falar em ofício, a prostituição nem sempre é compreendida como uma “atividade profissional”, mas como uma “prática suja”, indigna e ilegal.

A proposta do tema “Prostituição” é frequente na elaboração das problemáticas de pesquisa do núcleo em que essa experiência se limita<sup>22</sup>. No semestre em que ocorreu a regência, em especial, uma pesquisa levantava a seguinte questão: “O que levam as mulheres à prostituição?”<sup>23</sup>. Durante as orientações, tornou-se evidente a argumentação, entre os membros do grupo, de que as pessoas que “trabalham nesse ramo” o fazem como último recurso para seu próprio sustento e de sua família, sendo as mães solteiras o perfil principal apontado. Também foi observado que quando se fala em prostituição, frequentemente, há a associação desta com outras práticas marginalizadas pela sociedade como o uso de drogas; fator elencado como um dos principais motivos e/ou consequências: sustentar o vício.

Diante disso, o projeto elaborado buscava identificar os diferentes sujeitos que fazem parte do “mundo da prostituição”, historicizando e problematizando, os diferentes discursos perpetuados. A intenção era provocar para, então, incitar a discussão e conseqüentemente, quebrar alguns conceitos e estereótipos a partir da reflexão e debate.

Sabe-se que a prostituição, apesar da tentativa de invisibilização, ela está por aí em toda a parte, e isso não é novidade alguma. Para além das opiniões divergentes, desde o final

---

21 Conforme consta na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): “Profissional do sexo: Garota de Programa, Garoto de Programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da Vida, Prostituta, Trabalhador do Sexo. Descrição Sumária: Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidade da profissão.” Disponível em < <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> > Acessado em 07 de julho de 2014.

22 É importante salientar que vou me ater, principalmente, a prostituição feminina, pois este era o enfoque do grupo de pesquisa orientado durante a experiência de estágio.

23 Inicialmente esse grupo de pesquisa era constituído por três pessoas, mas uma aluna desistiu algo recorrente na realidade da EJA. A iniciativa desse tema de pesquisa partiu da curiosidade de uma das alunas em entender essas possíveis motivações porque tem um parente que é profissional do sexo.



do século XX, existem mobilizações de alguns movimentos sociais para que sejam criadas políticas públicas que atendam a esse nicho de mercado. Ao final da década de 1970, por exemplo, o Brasil assistiu a algumas manifestações que visavam a integração moral e social das/os profissionais do sexo, combatendo os estigmas que as/os acusavam de meras/os pervertidas/os sexuais. Prostitutas, organizadas em grupos ou não, passaram a reivindicar o tratamento como “profissionais do sexo”, e que a prostituição fosse considerada um “trabalho como outro qualquer”<sup>24</sup>. Nesse sentido, passou-se a utilizar o esse termo como sinônimo de prostituta/o, pois o mesmo é historicamente carregado de conotação negativa e discriminatória.

Vale ainda salientar que a dimensão socioeconômica pode ser considerada como fator principal que acarreta o envolvimento de muitas mulheres, em sua maioria jovens, que veem na prostituição um meio de sobrevivência. Sabe-se, também, que no chamado “mercado do sexo” a exploração sexual infantil e o tráfico de mulheres é algo presente, porém a proposta de trabalho não perpassará esses “eixos”, pois o enfoque foi dado às motivações de mulheres adultas a procurarem esse meio de vida.

O núcleo da EJA em que foi realizada essa experiência está situado em uma comunidade carente próxima ao centro da capital do estado de Santa Catarina. É uma situação muito contraditória, pois a avenida que corta o bairro reflete muito bem o cenário da desigualdade social: do início e até a metade dela – mais ou menos – é asfaltada, com calçadas largas e bem sinalizada. É nesta parte em que está situado um *shopping center*, o entorno conta com condomínios fechados, grandes lojas, academia de ginástica, etc.; da outra metade em diante, mais ou menos em frente ao posto de saúde do bairro, a avenida passa a ser de lajotas, com buracos, sem calçadas, casa humildes que tomam o morro. É um sinal de que, daquele ponto em diante, se encontra uma comunidade carente, talvez, seja mesmo um aviso aos “visitantes desavisados”.

A questão é que, a comunidade em que está alocado o núcleo, já vive a condição de marginalização: a diferença social é o que define as relações do bairro. Os estudantes que frequentam esse núcleo e que vivem diariamente essa realidade encontram na EJA, a

---

24 RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? *Rev. Katálysis*. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 68-76 jan./jun. 2009. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/10720/10242> > Acesso em 07 de julho de 2014.



possibilidade de se perguntar e buscar respostas sobre essa relação – essas relações. O surgimento de pesquisas que tratam de temas que vivem sob essa mesma perspectiva, na verdade, surgem com a necessidade de entender um contexto ainda maior: o da exclusão social. A prostituição, assim como as drogas e o tráfico, estão presentes de forma significativa nesses bairros carentes de atenção pública. Dessa forma, torna-se “comum” os estudantes se interessarem por essas temáticas, pois existe uma proximidade entre eles.

Ao conversar com o grupo que estava pesquisando, era nítido que conhecem ou sabem de alguém que decidiu utilizar a prostituição como forma de ganhar dinheiro. Apesar da argumentação moralista do senso comum, percebe-se a necessidade de entender essa prática e o porquê de ser tão mal vista. Durante a exposição para o grande grupo, a preocupação era tentar desvencilhar a imagem – ora de vítima ora do glamour – vinculadas aos profissionais do sexo.

As discussões sobre prostituição, frequentemente, perpassam o viés moral e não se preocupam em identificar quem são os sujeitos que estão inseridos nesse meio. Muito se critica quem se sujeita a essa prática, mas poucos param para refletir a respeito da procura por esses profissionais. Sabe-se que é algo recorrente em todos os setores da sociedade, e que atende aos mais diversos públicos, tanto masculino quanto feminino.

O “Profissional do Sexo” ou “Garota/o de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo”, foi incluído na Classificação Brasileira de Ocupações<sup>25</sup>. A descrição das atividades exercidas e o reconhecimento como profissão perante a justiça do trabalho representa um avanço em relação às demandas dos movimentos sociais, ainda que não exista uma regulamentação que assegure às atividades desenvolvidas. Nota-se uma tentativa válida de reconhecimento como profissão, ainda que impregnada de moralismo e conservadorismo.

A questão da prostituição é tema recorrente de estudos no meio acadêmico, por se tratar de uma demanda social que esbarra em uma sociedade conservadora e moralista. Ora, se há demanda é porque existe uma procura e, na maioria dos casos, onde esbarram as tentativas de “inserir socialmente” esses sujeitos, se dá nos setores em que, também, utilizam esses serviços: como a Câmara de Deputados, Senado, etc.. Explico-me, desde 2003 há um Projeto

---

25 A CBO, sob o número de matrícula 5198. Site da Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em < <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf> > Acessado em 07 de julho de 2014.



de Lei (98/2003) proposto pelo então deputado Fernando Gabeira (PV/RJ) que visa à legalização da prostituição<sup>26</sup>. Legalizar no sentido de regulamentação, de descriminalizar a prática, pois se a mesma se encontra na ilegalidade, encontra-se equiparada à criminalidade (estando sujeitas a violência física, psíquica, ao tráfico de drogas, tráfico humano, etc.) e desamparada por não ter a que meios recorrer. Apesar de contar com o apoio de alguns deputados, esse projeto não conseguiu o número de votos o suficiente para a sua aprovação. Esse fato está diretamente relacionado à composição conservadora e moralista dos parlamentares, em sua maioria vinculados a partidos com orientação religiosa. A intenção ao regulamentar a prostituição não é o de incentivar a prática, mas sim de garantir o reconhecimento social e juridicamente dos sujeitos que fazem da prostituição o seu meio de vida.

Com relação à vitimização da prostituta, buscamos trazer a voz de prostitutas da terceira idade<sup>27</sup>, que deixam claro que estão nessa vida porque querem; não por falta de caráter ou moral, mas porque enxergam o seu corpo como uma ferramenta de trabalho. A exibição desse documentário foi crucial para “abalar” as argumentações mais moralistas e mostrar outra perspectiva a respeito. É, realmente, um “mundo” em que a invisibilidade a respeito das tentativas de inserção social são, praticamente, desconhecidas.

Além de ONG's<sup>28</sup>, existem sindicatos<sup>29</sup> que visam à proteção e a defesa dos profissionais do sexo. A missão dessas ONG's é, justamente, de amparo e reconhecimento às profissionais do sexo, visando segurança e políticas públicas que visem reduzir a vulnerabilidade da profissão, na área do direito legal, saúde e segurança.

A intenção com a exposição de diferentes perspectivas de um mesmo tema é demonstrar que as motivações dessas pessoas são as mais variadas, mas, o mais importante, é

---

26 LOPES JR, Edmilson. Amor, sexo e dinheiro: uma interpretação sociológica do mercado de serviços sexuais. *Revista Política e Sociedade*. N°6 – Abril de 2005. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1938/1702> > Acessado em 07 de julho de 2014.

27 A principal fonte utilizada para a discussão é o premiado documentário “69 – Praça da Luz”, da diretora Carolina Galvão, lançado em 2007. Este vídeo apresenta a prostituição a partir da fala de prostitutas da terceira idade que ganham a vida nessa praça, na cidade de São Paulo. Disponível em: < [http://portacurtas.org.br/filme/?name=69\\_praça\\_da\\_luz](http://portacurtas.org.br/filme/?name=69_praça_da_luz) >

28 Em São Paulo, a DASPU Putique (trocadilho com nome de uma boutique famosa) idealizada por Gabriela Leite, que também é presidente da ONG Davida.

29 ASPROMIG de Minas Gerais, fundado em 2009, com o objetivo de representar e defender as profissionais do sexo que exercem suas atividades nos mais variados espaços. Site da DASPU. Disponível em < <http://www.daspu.com.br/> > Acessado em 03 de outubro de 2013; Site da Davida. Disponível em < <http://www.davida.org.br> > Acessado em 07 de outubro de 2013.



se dar conta de que é preciso questionar antes de julgar, antes de discriminar, antes de cometer qualquer violência (física ou psíquica) contra essas pessoas. E que saibam, inclusive, respeitar mesmo aqueles com opiniões divergentes.

### **Algumas considerações finais**

Como já havia mencionado anteriormente, durante as atividades de mediação no núcleo, foi elaborado um projeto<sup>30</sup> em forma de oficina, que passou pelo pressuposto de cobrir a “lacuna” presente no mapa conceitual do grupo orientado: não havia a preocupação em problematizar os sujeitos que estão inseridos nessa realidade, deixando margem para a concepção conservadora em renegar a existência da prostituição. Por isso surgiu “*Quem são os sujeitos que fazem parte do mundo da prostituição*”, para que fosse possível enxergar esses diferentes sujeitos, pensando na diversidade e multiplicidade de fatores que os levaram a exercer essa profissão, bem como salientar que o livre arbítrio é um direito de todos os cidadãos.

Diante dos questionamentos acerca da prostituição, percebemos a necessidade de problematizar junto aos estudantes a historicidade deste conceito, os diferentes interesses e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos nesta prática, assim como os estereótipos construídos, sobretudo, em relação às mulheres. Visando a problematização da prostituição enquanto um conceito complexo, abrangente e datado, propusemos dentro do projeto Cine-debate<sup>31</sup> uma oficina audiovisual que promovesse o debate em torno dos sujeitos que compõe o “mundo da prostituição” e os diferentes significados que estes atribuem à prática. Intencionando a desconstrução desses estereótipos identificados, buscamos estabelecer ainda ligações passado-presente, no intuito de mostrar que ao longo do tempo nem sempre se pensou o mesmo a respeito da prostituição.

Ao partir das concepções moralistas que cercam o tema, buscamos discutir com os estudantes a respeito dos diversos motivos que levam as pessoas à prostituição, que variam desde a dessacralização do corpo às questões relacionadas à violência sexual, consumo de

---

30 O projeto elaborado e aplicado, também, foi realizado em dupla, assim como toda a experiência de estágio – por isto nesse momento utilizo a primeira pessoa do plural.

31 Quinzenalmente ocorre no núcleo a exibição de documentários e/ou filmes que visam auxiliar em alguma temática e pesquisa buscando mostrar outras possibilidades de fontes.



drogas e fatores socioeconômicos (crescer nesse meio e não ter/saber outras alternativas de vida). Todas essas questões passam pelo esforço de mostrar que o clichê empregado “ganhar dinheiro fácil” passa longe de qualquer facilidade. Ao incitar o debate buscamos explicitar que a forma como são denominados esses sujeitos, a condição de “prostituta”, está muito ligada ao lugar em que se encontram dentro de uma escala social. Será que a prostituta que atende a políticos, jogadores de futebol, empresários é a mesma que atende aos caminhoneiros na beira da estrada? O que as difere?

A prática da regência na EJA nos permitiu enxergar o quão importante é a aproximação entre professor e estudante na construção de uma relação de confiança, respeito e de troca. Digo isso porque, somente depois que me senti a vontade com o grupo que orientei durante o estágio, percebi que as coisas passaram a fluir e consegui me fazer e ser entendida. Durante essa aproximação, consegui identificar até onde poderia exigir em cada orientação de forma a não sobrecarregá-los de atividades/leituras? Nem deixá-los muito dispersos. Essa percepção só foi possível ao longo das semanas de trabalho junto ao núcleo.

Ao perceber as necessidades e as dificuldades dos estudantes, pude me preparar para ajudá-los de fato, pois assim como eles, muita coisa no universo da prostituição eu desconhecia. A partir dessa relação de troca de saberes e de conhecimento se deu a preparação da oficina, totalmente voltada para as dificuldades e os objetivos não alcançados durante as orientações. Foi gratificante perceber que estava construindo algo que os ajudaria não somente para finalizar a pesquisa, mas principalmente na inversão de certos valores presente na fala dos estudantes. Como dito anteriormente, a proposta de trabalhar com o tema prostituição partiu da estudante por ter uma pessoa na família que trabalha nesse ramo. Acredito, com toda a certeza, que contribuímos de forma positiva para que a estudante passasse a ter outra percepção sobre a escolha de vida de seu parente. Esse aprendizado foi levado para vida dessa estudante, que talvez possibilite outras pessoas a enxergarem de outra forma esses sujeitos.

## Referências

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANELLI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Orgs). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 18.



ASPROMIG. Disponível em < <https://www.facebook.com/aprosmig/info> > Acesso em 03 de outubro de 2013.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DASPU. Disponível em < <http://www.daspu.com.br/> > Acesso em 03 de outubro de 2013.

Davida. Disponível em < <http://www.davida.org.br/> > Acesso em 07 de outubro de 2013.

GUIMARAES, Kátia. MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Rev. Estud. Fem.* vol.13 no.3. Florianópolis Sept./Dec. 2005. Disponível < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) > Acesso em 27 de setembro de 2013.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara di. *Escolarização de jovens e adultos*. São Paulo, n. 14, p.108-194, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07> >. Acesso em 23 abril de 2014

LOPES JR, Edmilson. Amor, sexo e dinheiro: uma interpretação sociológica do mercado de serviços sexuais. *Política e Sociedade: Rev. Sociologia Política*. Florianópolis, v. 4, n. 6 (2005). Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1938/1702> > Acesso em 25 de setembro de 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Disponível em < <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> > Acesso em 07 de julho de 2014.

PORCARO, Rosa Cristina. A história da educação de jovens e adultos no Brasil. *Alfabetizar Virtual*. Disponível em < <http://alfabetizarvirtualtextos.wordpress.com/eja/> > Acesso em 07 de abril de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Estrutura, Funcionamento, Fundamentação e Prática na Educação de Jovens e Adultos*. Departamento de Educação Continuada. 2008. Disponível em < [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22\\_02\\_2010\\_9.36.57.04162e08d6cd8876612adc5ada375bd5.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_02_2010_9.36.57.04162e08d6cd8876612adc5ada375bd5.pdf) > Acesso em 06 de outubro de 2013.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? *Revista Katálysis*. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 68-76 jan./jun. 2009. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/10720/10242> > Acesso em 25 de setembro de 2013.



STRECK, Danilo Romeu. Da pedagogia do oprimido às pedagogias de exclusão: um breve balanço crítico. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 107, p. 539-560, maio/ago. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/12.pdf> > Acesso em 23 abril de 2014.

---

Recebido em 03 de janeiro de 2015

Aprovado para a publicação em 25 de setembro de 2015

